



IPSM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO MUNICIPAL – ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto para responder às questões de números **01** e **02**.

A destruição da humanidade por uma guerra nuclear está prestes a ser detonada por uma “pirraça impulsiva”, alertou neste domingo [10.12.2017] a Campanha Internacional para Abolir Armas Nucleares (Ican), vencedora do Nobel da Paz deste ano.

“Será o fim das armas nucleares ou será o nosso fim?”, afirmou a líder da Ican, Beatrice Fihn, em discurso ao receber o prêmio, em Oslo, na Noruega.

Também discursou em Oslo Setsuko Thurlow, 85, sobrevivente do ataque atômico de Hiroshima, em 1945 no Japão, durante a Segunda Guerra Mundial. Hoje ela é ativista da Ican.

Ela foi resgatada dos escombros de um prédio a 1,8 km do epicentro da bomba. A maioria de seus colegas morreu queimada viva.

(Mundo. *Folha de S.Paulo*, 10.12.2017. Adaptado)

01. No contexto da premiação, a presença de Setsuko Thurlow justifica

- (A) o ativismo a favor do armamento nuclear, uma vez que um país não deve ficar desprotegido de seus principais inimigos.
- (B) o apoio à Campanha Internacional para Abolir Armas Nucleares, cuja atenção se volta para os sobreviventes da Segunda Guerra.
- (C) a preocupação das pessoas com a possibilidade de um conflito nuclear, cuja consequência pode ser o fim da humanidade.
- (D) a certeza da humanidade de que, em determinados momentos históricos, a destruição serve para conscientização acerca do poder.
- (E) o desconhecimento por grande parte da população mundial em relação à vida em Hiroshima após o ataque atômico de 1945.

02. Em conformidade com a norma-padrão, o primeiro parágrafo pode ser finalizado com a frase:

- (A) Não foram citados nomes, mas EUA e Coreia do Norte têm trocado ameaças devido à testes nucleares do país asiático.
- (B) Embora não tenham citado-se nomes, é sabido que EUA e Coreia do Norte vem trocando ameaças devido os testes nucleares do país asiático.
- (C) Não foi citado nomes, mas EUA e Coreia do Norte vem trocado ameaças devido os testes nucleares do país asiático.
- (D) Embora não tenham-se citados nomes, sabe-se que EUA e Coreia do Norte tem trocado ameaças devido a testes nucleares do país asiático.
- (E) Não foram citados nomes, mas EUA e Coreia do Norte vêm trocando ameaças devido aos testes nucleares do país asiático.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **08**.

Está quase pronto o documento que definirá o padrão nacional para o que crianças e jovens devem aprender até o 9º ano do ensino fundamental. Trata-se da quarta versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Caso aprovada até janeiro, a diretriz deve começar a ser implementada nos próximos dois anos.

A BNCC define conteúdos a serem estudados e competências e habilidades que os alunos devem demonstrar a cada passo da vida escolar. Soa como obviedade, mas não existe norma válida em todo o país que estabeleça de modo preciso a progressão do ensino e o que se deve esperar como resultado.

Note-se ainda que a base curricular não especifica como alcançar seus objetivos – isso será papel dos currículos a serem elaborados por estados e municípios, que podem fazer acréscimos conforme necessidades regionais.

A existência de um padrão pode permitir a correção de desigualdades do aprendizado e avaliações melhores. A partir de um limiar mediano de clareza, inteligência pedagógica e pragmatismo, qualquer modelo é melhor do que nenhum. Nesse aspecto, a nova versão da BNCC está perto de merecer nota de aprovação.

O programa ainda se mostra extenso em demasia, não muito diferente do que se viu nas escolas das últimas décadas, quando raramente foi cumprido. O excesso de assuntos dificulta abordagens mais aprofundadas e criativas.

A BNCC lembra a Constituição de 1988. Detalhista, arrojada e generosa, mas de difícil aplicação imediata e integral. É indiscutível, de todo modo, a urgência de pôr em prática esse plano que pode oferecer educação decente e igualitária às crianças.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 10.12.2017. Adaptado)

03. No editorial, fica claro que

- (A) a aprovação da BNCC é importante, considerando-se que não existe, em nível nacional, norma válida que define a progressão do ensino e os resultados que dele devem ser esperados.
- (B) o papel da BNCC a ser aprovada é questionável, uma vez que a ação maior ficará com estados e municípios na elaboração de seus currículos.
- (C) a organização da BNCC corresponde a um programa cuja extensão permitirá sua execução, garantindo abordagens mais aprofundadas e criativas.
- (D) a validade da BNCC é relevante, considerando-se que se trata de um documento que não especifica como alcançar os objetivos em relação à progressão de ensino.
- (E) o impacto da BNCC será a longo prazo, considerando-se que ela trata de questão educacional sobejamente discutida, cuja aplicação educacional não é de caráter de urgência.

04. De acordo com o editorial, a implementação da BNCC

- (A) pode comprometer a qualidade da educação, com o excesso de assuntos nela previstos.
- (B) fortalece uma ação cidadã, com o objetivo de ofertar educação decente e igualitária às crianças.
- (C) merece ser aprovada, com a convicção de que é melhor ter essa base do que nenhuma.
- (D) ameaça a qualidade do ensino, com base na ideia de que raramente será cumprida.
- (E) recupera a esperança de uma educação de qualidade, com sua semelhança à Constituição.

05. Assinale a alternativa em que os enunciados expressam, respectivamente, ideia de hipótese e de explicação.

- (A) A BNCC lembra a Constituição de 1988. Detalhista, arrojada e generosa, mas de difícil aplicação imediata e integral. / O excesso de assuntos dificulta abordagens mais aprofundadas e criativas.
- (B) Note-se ainda que a base curricular não especifica como alcançar seus objetivos... / O programa ainda se mostra extenso em demasia, não muito diferente do que se viu nas escolas das últimas décadas, quando raramente foi cumprido.
- (C) Nesse aspecto, a nova versão da BNCC está perto de merecer nota de aprovação. / A partir de um limiar mediano de clareza, inteligência pedagógica e pragmatismo, qualquer modelo é melhor do que nenhum.
- (D) Caso aprovada até janeiro, a diretriz deve começar a ser implementada nos próximos dois anos. / ... isso será papel dos currículos a serem elaborados por estados e municípios, que podem fazer acréscimos conforme necessidades regionais.
- (E) O programa ainda se mostra extenso em demasia, não muito diferente do que se viu nas escolas das últimas décadas, quando raramente foi cumprido. / Nesse aspecto, a nova versão da BNCC está perto de merecer nota de aprovação.

06. Nas passagens “A partir de um **limiar** mediano de clareza, inteligência pedagógica e **pragmatismo**...” (5º parágrafo) e “A BNCC lembra a Constituição de 1988. Detalhista, **arrojada** e generosa...” (7º parágrafo), os termos em destaque significam, respectivamente,

- (A) parâmetro; consideração das coisas de um ponto de vista técnico; arriscada.
- (B) patamar; consideração das coisas de um ponto de vista idealizado; moderna.
- (C) liminar; consideração das coisas de um ponto de vista filosófico; ousada.
- (D) limite; consideração das coisas de um ponto de vista prático; inovadora.
- (E) padrão; consideração das coisas de um ponto de vista científico; progressista.

07. Assinale a alternativa em que os termos destacados correspondem, correta e respectivamente, a um pronome demonstrativo e a um pronome apassivador.

- (A) Soa como obviedade, mas não existe norma válida em **todo** o país... / O programa ainda **se** mostra extenso em demasia...
- (B) ... que definirá o padrão nacional para **o** que crianças e jovens devem aprender... / ... não muito diferente do que **se** viu nas escolas das últimas décadas...
- (C) ... e competências e habilidades **que** os alunos devem demonstrar a cada passo da vida escolar. / ... e o que **se** deve esperar como resultado.
- (D) ... **qualquer** modelo é melhor do que nenhum. / Note-**se** ainda que a base curricular não especifica como alcançar seus objetivos...
- (E) **Nesse** aspecto, a nova versão da BNCC está perto de merecer nota de aprovação. / Trata-**se** da quarta versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

08. Leia as frases:

- Com a BNCC, busca-se chegar _____ um modo preciso de progressão do ensino.
- A BNCC assemelha-se _____ Constituição de 1988: detalhista, arrojada e generosa.
- Desigualdades do aprendizado podem ser corrigidas _____ partir da existência de um padrão.
- Estados e municípios se dedicarão _____ elaboração de seus respectivos currículos.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... à
- (B) à ... à ... a ... a
- (C) a ... à ... a ... à
- (D) à ... a ... a ... à
- (E) a ... à ... à ... a

Estadão: O espanto como motor do conhecimento é a ideia fundamental de seu primeiro livro. De certa forma, porém, trata-se de uma ideia um tanto quanto antiga, encontrada em Platão, em Tomás de Aquino, bem como em outros. No plano da educação dos filhos, é fácil ver como esse elemento propulsor funciona quando eles são verdadeiramente pequenos, de dois, três, quatro anos: tudo o que é, tudo o que existe, desconcerta-os simplesmente porque existe e poderia não existir. Tudo é mágico. E, como essa capacidade de assombrar-se é inata, não precisamos criar estímulos excepcionais para que os filhos se desenvolvam, bastando somente os elementos que um ambiente familiar normal já possui. Essa capacidade de assombrar-se permanece igual ao longo dos anos? Nos adultos, não parece adormecer-se naturalmente, perdurando apenas, talvez, nos poetas e artistas, por alguma inclinação especial?

Catherine L'Ecuyer, educadora canadense: Sim, minha teoria se apoia em ideias centenárias. Gaudí dizia que ser original é voltar às origens. A capacidade de assombro é inata, mas corremos o risco de perdê-la quando não respeitamos o que pede nossa natureza, quando vivemos segundo ritmos que não se adequam a nossos ritmos internos, quando não há espaços, tempos e silêncios que permitam saborear a lentidão da beleza da realidade.

(<http://cultura.estadao.com.br>. Adaptado)

09. No texto, há palavra(s) empregada(s) em sentido figurado na passagem:

- (A) De certa forma, porém, trata-se de uma ideia um tanto quanto antiga, encontrada em Platão, em Tomás de Aquino...
- (B) ... não precisamos criar estímulos excepcionais para que os filhos se desenvolvam...
- (C) ... bastando somente os elementos que um ambiente familiar normal já possui.
- (D) Sim, minha teoria se apoia em ideias centenárias. Gaudí dizia que ser original é voltar às origens.
- (E) ... quando não há espaços, tempos e silêncios que permitam saborear a lentidão da beleza da realidade.

10. Considere as passagens do texto:

- De certa forma, **porém**, trata-se de uma ideia um tanto quanto antiga...
- E, **como** essa capacidade de assombrar-se é inata, não precisamos criar estímulos excepcionais **para que** os filhos se desenvolvam...
- ... mas corremos o risco de perdê-la **quando** não respeitamos o que pede nossa natureza...

As conjunções destacadas estabelecem entre as orações, respectivamente, relações de sentido de:

- (A) oposição, causa, finalidade e tempo.
- (B) conclusão, consequência, finalidade e tempo.
- (C) oposição, comparação, consequência e condição.
- (D) adição, conformidade, causa e proporção.
- (E) oposição, causa, causa e condição.

11. Participarão de um congresso 256 funcionários da empresa A, 416 funcionários da empresa B e 656 funcionários da empresa C. Esses funcionários serão divididos em grupos, de modo que, em cada grupo:

- haja o mesmo número de participantes;
- haja o maior número possível de participantes;
- sejam todos da mesma empresa.

Divididos dessa maneira, o total de grupos obtidos será

- (A) 48.
- (B) 54.
- (C) 75.
- (D) 83.
- (E) 96.

12. Saí de casa com determinada quantia no bolso. Gastei, na farmácia, $\frac{2}{5}$ da quantia que tinha. Em seguida, encontrei

um compadre que me pagou uma dívida antiga que correspondia exatamente à terça parte do que eu tinha no bolso. Continuei meu caminho e gastei a metade do que tinha em alimentos que doei para uma casa de apoio a necessitados. Depois disso, restavam-me 420 reais. O valor que o compadre me pagou é, em reais, igual a

- (A) 105.
- (B) 210.
- (C) 315.
- (D) 420.
- (E) 525.

13. Considere que os professores gastam sempre o mesmo tempo para corrigir cada redação. Sabe-se que 12 professores corrigiram 1575 redações em 7 horas e 30 minutos. Para corrigir 1 120 redações, 15 professores gastarão o tempo de

- (A) 3 horas e 28 minutos.
- (B) 3 horas e 42 minutos.
- (C) 4 horas e 16 minutos.
- (D) 4 horas e 34 minutos.
- (E) 5 horas e 4 minutos.

14. A área de uma praça, em um terreno retangular, é $1\,500\text{ m}^2$. Sabe-se que, nessa praça, será construído um jardim, em formato retangular, cujo comprimento é $\frac{2}{3}$ do comprimento do terreno e cuja largura é $\frac{3}{5}$ da largura do terreno. Sem contar com o jardim, sobrarão do terreno da praça, para outras finalidades, o equivalente a
- (A) 20%
- (B) 30%
- (C) 40%
- (D) 60%
- (E) 70%
15. Um congresso será realizado em um único dia com três palestras pela manhã e quatro debates à tarde. Cada palestra terá a duração de 1 hora e 20 minutos, e serão separadas por intervalos de 15 minutos, exceto após a terceira palestra, que será seguida de um intervalo de 1 hora e 45 minutos para almoço. Os debates terão a duração de 50 minutos cada um, com intervalos de 10 minutos entre eles. Considerando o início do congresso às 8 horas, o cronograma aponta corretamente que o início do último debate se dará às 17 horas e
- (A) 15 minutos.
- (B) 20 minutos.
- (C) 25 minutos.
- (D) 30 minutos.
- (E) 35 minutos.
16. Hoje a soma da idade do pai com a do filho é igual a 46 anos. Daqui a um ano, a idade do pai será o dobro da idade do filho. A idade do filho será igual a $\frac{2}{3}$ da idade do pai daqui a
- (A) 32 anos.
- (B) 29 anos.
- (C) 23 anos.
- (D) 19 anos.
- (E) 17 anos.

17. Uma pequena fábrica produz pelo menos 4 canetas por dia. O custo y (em reais) para a produção de um número x de canetas é dado pela equação $y = -x^2 + 10x + 20$. Certo dia, o custo de produção das canetas foi de R\$ 36,00. No dia seguinte, o custo de produção das canetas foi de R\$ 20,00. A diferença, em reais, entre o custo unitário da produção dessas canetas, nesses dias, é igual a

- (A) 1,80.
(B) 2,10.
(C) 2,50.
(D) 2,90.
(E) 3,20.

18. A tabela mostra grupos de funcionários de uma empresa e os respectivos salários individuais dos componentes de cada grupo.

DISTRIBUIÇÃO SALARIAL POR GRUPO		
GRUPO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	SALÁRIO (R\$)
A	8	800,00
B	10	1.100,00
C	12	1.200,00

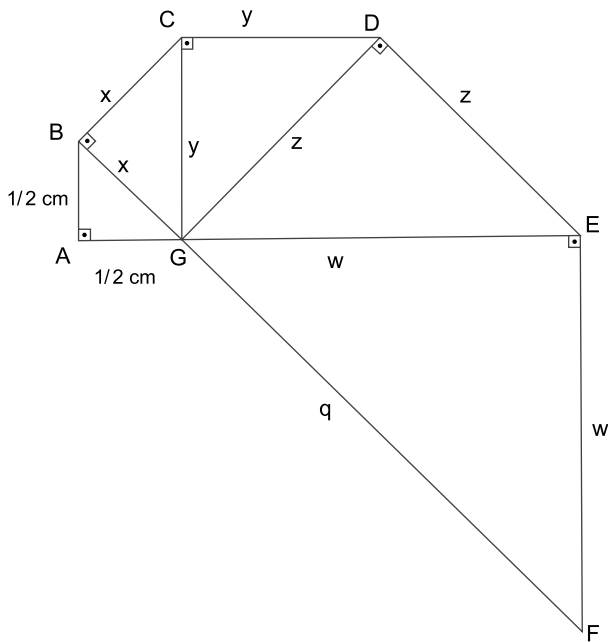
A diferença de salário de cada funcionário do grupo A e a média aritmética ponderada de todos os salários é de aproximadamente

- (A) 15%
(B) 18%
(C) 22%
(D) 25%
(E) 27%

19. Um tanque em formato de prisma reto retangular, cujas dimensões são 3,5 m, 1,2 m e 0,8 m, está completamente cheio de água. Durante 3 horas e 15 minutos, há a vazão de 12 litros por minuto de água para fora do tanque. Lembre-se de que 1 m^3 é equivalente a 1 000 litros. Após esse tempo, o número de litros de água que ainda permanecem no tanque é igual a

- (A) 980.
(B) 1020.
(C) 1460.
(D) 1580.
(E) 1610.

20. Observe os triângulos:



A medida do segmento de reta BF, em centímetros, é igual a

- (A) $\frac{5\sqrt{2}}{2}$
- (B) $1 + \sqrt{2}$
- (C) $2 + \sqrt{2}$
- (D) $\frac{3\sqrt{2}}{2}$
- (E) $\frac{\sqrt{2}}{2}$

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Determinado funcionário municipal, ocupante de cargo efetivo, foi nomeado em comissão para exercer o cargo de Secretário Municipal. Nessa hipótese, o Estatuto do Servidor Público do Município de São José dos Campos estabelece que o referido servidor

- (A) poderá acumular a remuneração de ambos os cargos se houver compatibilidade de horários.
- (B) deverá pedir exoneração do seu cargo anterior, para assumir o cargo de Secretário.
- (C) poderá optar pela remuneração do primeiro cargo, sem prejuízo dos seus direitos sociais constitucionais.
- (D) poderá manter o cargo anterior, mas deverá optar por receber os subsídios do cargo de Secretário.
- (E) não poderá assumir o cargo de Secretário Municipal em razão de ser detentor de cargo de provimento efetivo do Município.

22. Considerando o disposto no Estatuto do Servidor Público do Município de São José dos Campos, assinale a alternativa correta a respeito dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

- (A) Os servidores que trabalham com habitualidade em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas ou com risco de vida terão direito a ambos os adicionais.
- (B) A eliminação das condições insalubres ou perigosas não implicará a cessação do pagamento dos adicionais se o servidor já completou mais de cinco anos de exercício nessas condições.
- (C) A servidora gestante ou lactante que trabalhar em condições perigosas ou insalubres deverá ter um acréscimo de cinquenta por cento sobre o valor regular dos respectivos adicionais.
- (D) Os servidores que trabalhem com atividades de raio-X ou substâncias radioativas serão obrigatoriamente submetidos a exames médicos a cada seis meses.
- (E) O servidor que exerce atividade perigosa ou insalubre deverá ter jornada de trabalho reduzida, nos termos da lei.

23. Na forma da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, é correto afirmar a respeito da participação popular:

- (A) os conselhos populares do Município são autônomos e independentes, e terão franqueado o acesso a toda documentação e informação sobre qualquer ato, fato ou projeto da administração.
- (B) o plebiscito e o referendo serão realizados mediante decisão do Prefeito, motivada por iniciativa de um terço dos Vereadores ou de, pelo menos, um por cento do eleitorado do Município.
- (C) as entidades legalmente constituídas ou reconhecidas como representantes de interesses da sociedade terão o direito de pronunciar-se verbalmente nas audiências públicas, ficando vedada, porém, a participação de partidos políticos.
- (D) é obrigatória a realização de audiência pública em todo projeto de licenciamento ambiental, mesmo que não provoque impacto ambiental.
- (E) todo cidadão tem direito de requerer informações sobre os atos da Administração Municipal, iniciar projetos de leis perante a Câmara Municipal e propor decretos ao Chefe do Poder Executivo.

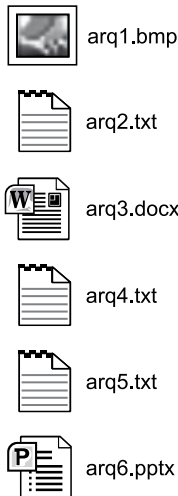
24. A respeito dos tributos municipais, segundo a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, o Município

- (A) poderá instituir e cobrar taxas para custeio de sistemas de previdência e assistência social.
- (B) é competente para instituir Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, óleo diesel, gás de cozinha e querosene iluminante.
- (C) poderá instituir imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito.
- (D) não poderá instituir o IPTU progressivo em razão do valor do imóvel ou estabelecer alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (E) poderá isentar do IPTU o contribuinte aposentado, que receba da Previdência Social até 2 salários mínimos como provento e não tenha outra fonte de renda, atendidas as condições legais.

25. Assinale a alternativa cujo conteúdo está em consonância com o disposto na Lei de Criação do IPSM (Lei nº 4.220/92).

- (A) Consideram-se segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São José dos Campos os servidores ativos e inativos da Prefeitura e da Câmara Municipal, exceto das autarquias e fundações municipais.
- (B) Os benefícios a segurados e dependentes poderão ser recebidos por meio de procuradores com mandato expedido em no máximo seis meses, e, em nenhum caso, poderão ser pagos a crédito em conta conjunta.
- (C) O segurado que, por qualquer motivo, deixar de receber, temporariamente, remuneração pelos cofres municipais terá suspensão a contribuição ao IPSM até que volte a receber remuneração do Município.
- (D) O segurado beneficiário de aposentadoria por invalidez, quando notificado pelo IPSM, terá que comprovar a permanência da sua condição de invalidez, sob pena de ter seu benefício cassado e ser obrigado a devolver ao Instituto o que recebeu.
- (E) No caso de acumulação de cargos ou funções permitidas por lei, as contribuições ao IPSM incidirão na proporção de cinquenta por cento de cada uma das remunerações dos respectivos cargos ou funções.

26. Observe a imagem a seguir, retirada do aplicativo aces-sório padrão Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, que mostra uma lista de arqui-vos em uma pasta qualquer.



Um usuário clica com o botão principal do mouse no arquivo “arq1.bmp” e, mantendo a tecla SHIFT do teclado pressionada, clica em “arq6.pptx” e, ainda com a tecla SHIFT pressionada, clica em “arq4.txt”.

O número de arquivos que permanecerão selecionados após as ações descritas é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 6.

27. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, um recurso permite adicionar “texto fantasma” atrás do con-teúdo da página, para indicar, geralmente, um tratamen-to especial que deve ser dado ao documento.

O nome dado a esse recurso, conforme descrito no enunciado, é

- (A) Marca D'água.
- (B) Rodapé.
- (C) Partes Rápidas.
- (D) Folha de Rosto.
- (E) Citação.

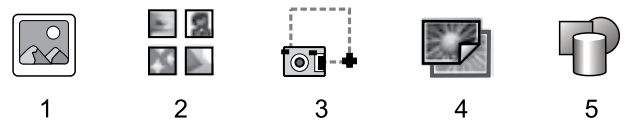
28. A imagem a seguir mostra uma planilha sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	1	5	4
2	3	2	6
3	2	6	3
4	3	2	4
5			

Assinale a alternativa que apresenta o valor que será exibido na célula C5, após esta ser preenchida com a fórmula =B4+SE(B1*B2>10;A3;C1)

- (A) 10
- (B) 6
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2

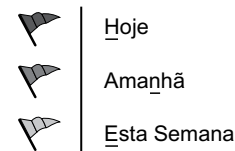
29. Observe os ícones exibidos a seguir, retirados do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Um usuário que queira inserir um logotipo numa apresen-tação – no caso, um arquivo de imagem salvo no com-putador – deve escolher o ícone marcado com o número

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

30. A imagem a seguir, retirada do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, mostra algumas marcas que podem ser colocadas em mensagens de e-mail.



Assinale a alternativa que apresenta o nome dado no MS-Outlook 2010 para as marcas apresentadas na imagem.

- (A) Efeito.
- (B) Prioridade.
- (C) Acompanhamento.
- (D) Indicador.
- (E) Controle.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A sociedade capitalista se desenvolve por meio da produção coletiva da riqueza gerada pelos trabalhadores e pela apropriação privada dessa riqueza pelos proprietários dos meios de produção. A questão social é indissociável dessa forma de organização na medida em que o capital promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social ao mesmo tempo em que destitui o trabalhador dos meios de produção, expandindo e aprofundando as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Nessa perspectiva, é correto afirmar que a questão social, compreendida como conjunto das expressões das desigualdades econômicas, expressa a configuração da sociedade
- (A) humanitária.
 - (B) empreendedora.
 - (C) de classes.
 - (D) solidária.
 - (E) de coprodutores.
32. Na atualidade, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos na luta pelo reconhecimento aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. A tendência de naturalizar a questão social vem acompanhada por um processo de criminalização das classes subalternas. Em uma clara evocação do passado, instala-se uma prática repressiva às chamadas classes perigosas, que acabam por conviver com programas sociais focados no combate à pobreza extrema. Atribuir unicamente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas pode ser uma das armadilhas que envolve a análise da questão social, própria da
- (A) tendência socialista.
 - (B) vertente transformadora.
 - (C) postura utópica.
 - (D) ótica liberal.
 - (E) linha neoclássica.
33. Pobreza, exclusão e vulnerabilidade são termos amplamente utilizados nas análises e produções teóricas sobre as políticas sociais, passando a assumir vários significados. No que se refere ao conceito de vulnerabilidade, a perspectiva que a situa na zona intermediária de falta de integração social do indivíduo, combina duas dimensões que dão significado à vulnerabilidade: a precariedade de trabalho e a fragilização de laços sociais. Essa perspectiva entende ainda a vulnerabilidade como posição extrema na qual o indivíduo, além de vulnerável, estaria fora do alcance das instituições sociais, que denomina
- (A) desfiliação.
 - (B) submissão.
 - (C) negligência.
 - (D) isenção.
 - (E) imprevisão.
34. Um dos dez direitos socioassistenciais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social prevê a garantia aos cidadãos e cidadãs à melhor qualidade de vida por meio do alcance à moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável. Tal previsão compreende o Direito
- (A) do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade.
 - (B) de escolha da modalidade de acolhimento e de convívio social.
 - (C) de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva.
 - (D) ao uso dos serviços ou benefícios conforme livre arbítrio e necessidade.
 - (E) à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas.
35. Historicamente, a lógica da acumulação capitalista sobreposta aos interesses dos trabalhadores tem configurado as políticas sociais brasileiras, caracterizadas pelo perfil discriminatório e restritivo em termos de direitos sociais. Embora se reconheça a feição transversal da assistência social no interior das demais políticas sociais, na sua trajetória uma característica peculiar se mantém inalterada, mesmo na sua atual formulação derivada das conquistas constitucionais de 1988. Trata-se do fato da assistência social ser prevista no interior das diferentes áreas de atuação estatal, como política e
- (A) estratégia prática concreta.
 - (B) como ação complementar.
 - (C) espaço privilegiado de realizações.
 - (D) como intervenção prioritária.
 - (E) ideal hegemônico de sociedade.
36. Diversamente do cunho preventivo da Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social, a Proteção Social Especial (PSE) está direcionada a famílias e indivíduos em situação instalada de risco pessoal ou social, cujos direitos estão ameaçados ou violados. Os serviços que compõem a PSE são diferenciados nas respostas às situações específicas e estão organizados de acordo com níveis de complexidade. Os serviços de alta complexidade ofertam atendimento a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, prevendo
- (A) sua assistência integral.
 - (B) a adequação social.
 - (C) seu bem-estar social.
 - (D) o convívio solidário.
 - (E) a melhoria de sua autoestima.

37. Formas de pensar conservadoras afirmam que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em nada altera a assistência social, exceto o nome, restringindo a compreensão de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ao mero e velho plantão e o princípio da territorialização à abordagem da comunidade. Ações pontuais e centralizadas e a homogeneidade por segmentos na definição de prioridades são insuficientes aos objetivos do SUAS. A dinâmica socioterritorial é fundamental para o reconhecimento das questões concretas, das potencialidades e soluções, extravasando os recortes setoriais que tradicionalmente fragmentaram as políticas sociais. Nessa perspectiva, a concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a
- (A) composição.
 - (B) alternância.
 - (C) coesão.
 - (D) intersectorialidade.
 - (E) proposição.
38. No estabelecimento de estratégias de intervenção profissional com famílias deve-se considerar como se processa a relação entre esse grupo social, o Estado e o mercado, na provisão da sua proteção social. Tal relação se mostra bastante variada nos diferentes regimes de bem-estar social, nos quais a família ora é alvo das ações do Estado, ora é requisitada a assumir responsabilidades na gestão de determinados segmentos. Ao examinar a participação da família nos regimes de bem-estar, estudiosos entendem que os modelos que proporcionam maior grau de desfamiliarização são aqueles que atribuem maior responsabilidade sobre o bem-estar e a satisfação das necessidades da família
- (A) à iniciativa privada.
 - (B) à aliança mercado e sociedade civil.
 - (C) ao conjunto da sociedade.
 - (D) à solidariedade comunitária.
 - (E) às entidades socioassistenciais.
39. Passadas quase três décadas de proibição legal do trabalho infantil, tem-se a impressão de que esse é um problema que já não existe mais. No entanto, estudos destacam alguns fatores responsáveis pela sua permanência no contexto atual, tais como: aceitação e defesa das crianças e adolescentes no mercado de trabalho e insuficiências de programas governamentais para sua erradicação. Analisar o trabalho precoce na atual fase do capitalismo brasileiro implica considerar duas questões essenciais: por um lado, a não efetividade das políticas sociais públicas e por outro lado, a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, terceirizado. Esse cenário resulta das influências internacionalmente hegemônicas que são
- (A) o socialismo e a redistribuição de renda.
 - (B) o estruturalismo e a compensação social.
 - (C) a democracia e o equilíbrio conjuntural.
 - (D) o reformismo e a transformação social.
 - (E) o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.
40. A violência física contra crianças e adolescentes se caracteriza pela ação intencional e uso da força por um adulto que provoque dor ou ocasione consequências leves ou extremas, como a morte. No seu espaço de trabalho, o assistente social se defronta com casos dessa natureza, de forma recorrente. O procedimento é a denúncia, por meio da notificação compulsória, podendo elaborar relatório ao Conselho Tutelar, para os devidos encaminhamentos. A notificação compulsória de violência contra crianças e adolescentes é um importante instrumento de combate a essa questão, cuja comunicação à autoridade sanitária é obrigatória
- (A) quando comprovada por laudo médico.
 - (B) em situações suspeitas ou confirmadas.
 - (C) perante testemunho de pessoa adulta.
 - (D) em casos de maior gravidade.
 - (E) mediante autorização da família.
41. Em tempos de agudização da intolerância e do preconceito, a temática da diversidade comparece nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, requisitando tomada de posição e postura profissional. Analisar e compreender as relações sexuais e afetivas, como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais e transgênicas supõe identificar aspectos da sociabilidade colocada pelo modelo capitalista vigente, que impõe um padrão heterossexual dominante e fomenta o sentimento de posse, de mercadoria, de individualismo e autoritarismo. Diante da complexidade das mediações que determinam tal conceito, romper com ideias preconceituosas e conservadoras em relação à diversidade sexual supõe evidenciar como necessidade imperativa do Serviço Social sua atuação comprometida, em consonância com
- (A) o projeto ético-político profissional.
 - (B) a demanda aparentemente posta.
 - (C) a recuperação de valores morais.
 - (D) a valorização da tradição cultural.
 - (E) o modelo de futuro projetado.
42. O Bolsa Família, programa de transferência de renda com condicionalidades, prevê tratamentos diferenciados para famílias pobres e extremamente pobres, definidos pela renda familiar *per capita* mensal. A seleção dos beneficiários do Bolsa Família é realizada por meio do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, base de dados utilizada para o registro de informações socioeconômicas das famílias. Após a coleta de dados, as informações são transmitidas para o Governo Federal, que avalia a qualidade e a consistência das informações. O instrumento que mede a qualidade da gestão em âmbito estadual e municipal, base no qual o governo federal repassa recursos para apoiar as ações em cada local é o
- (A) Código Verificador de Qualidade (CVQ).
 - (B) Gráfico de Resultados Permanentes (GRP).
 - (C) Registro Informativo da Gestão (RIG).
 - (D) Mapa da Qualidade Gerencial (MQG).
 - (E) Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

43. O Protocolo de Gestão Integrada, aprovado pela Resolução nº 07/2009 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), tem como objetivo disciplinar a integração da gestão dos serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Um dos objetivos da gestão integrada é o de pactuar entre os entes federados, os procedimentos que garantam a oferta de serviços socioassistenciais para os indivíduos e as famílias beneficiárias de forma
- (A) alternada.
 - (B) ordinária.
 - (C) prioritária.
 - (D) complementar.
 - (E) facultativa.
44. É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território brasileiro, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 8.662/1993. De acordo com o artigo 5º (IV) da referida Lei, realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social constituem
- (A) atividades ordinárias do exercício da profissão.
 - (B) atribuições privativas do Assistente Social.
 - (C) alternativas colocadas a esse profissional.
 - (D) estratégias profissionais prioritárias.
 - (E) instrumentos e técnicas profissionais.
45. O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, tem suas habilidades, competências e atribuições previstas na lei e nas normativas que regulamentam a profissão. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 569/2010, vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional a realização de terapias individuais, grupais e/ou comunitárias é
- (A) permitido.
 - (B) recomendado.
 - (C) autorizado.
 - (D) vedado.
 - (E) optativo.
46. A Resolução CFESS nº 489/2006, veda ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual. Em seu artigo 5º, a referida Resolução estabelece o dever do profissional de denunciar as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes, pratiquem atos ou que manifestem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo
- (A) à autoridade policial.
 - (B) ao Ministério Público.
 - (C) ao Conselho Regional de Serviço Social.
 - (D) à Defensoria Pública.
 - (E) ao Conselho Municipal de Assistência Social.
47. A Resolução CFESS nº 556/2009 estabelece procedimentos para efeito da lacração de material técnico e sigiloso do Serviço Social, em caso de demissão ou exoneração do assistente social. Estabelece ainda a referida resolução, em seu artigo 6º, que em caso de extinção do Serviço Social da instituição, o procedimento do profissional responsável pelo serviço em relação a toda documentação produzida, que pela natureza sigilosa de seu conteúdo requeira medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação, poderá ser de
- (A) incineração, com imediata comunicação ao CRESS.
 - (B) destinação aos representantes legais da instituição.
 - (C) entrega à área de memória técnica, até a data da extinção.
 - (D) arquivamento em local reservado para tal.
 - (E) transferência para seu arquivo pessoal, mediante termo de guarda.
48. Analisar o trabalho do assistente social no âmbito estatal, como grande propulsor de sua profissionalização, supõe apreendê-lo no contexto das recentes mudanças de mercado, da sociedade e do próprio Estado, em meio a relações de antagonismo e reciprocidade. Esse novo momento altera as relações de trabalho e as condições nas quais os assistentes sociais atuam. O desenvolvimento do trabalho do assistente social demanda recursos para o atendimento das requisições próprias de seu cotidiano. Nesse sentido e considerando esse cenário, para a garantia e o acesso aos direitos sociais verifica-se
- (A) uma significativa mudança para as políticas setoriais.
 - (B) uma intensa movimentação em torno de posturas ideológicas.
 - (C) um completo avanço da subordinação intradisciplinar.
 - (D) um positivo reordenamento da prestação de serviços.
 - (E) uma ampla retração dos recursos institucionais.

49. Construídos coletivamente pela categoria, os projetos profissionais dos assistentes sociais elegem valores que legitimam socialmente a profissão, delimitam suas funções e seus objetivos, balizam a postura profissional e as relações com outros profissionais e com os usuários de seus serviços. Os projetos profissionais são estruturas dinâmicas que expressam o desenvolvimento teórico e prático da profissão e respondem às necessidades sociais, sendo indissociáveis
- (A) das prerrogativas particulares.
 - (B) dos projetos societários.
 - (C) da metodologia tradicional.
 - (D) do pensamento utópico.
 - (E) da dimensão genérica.
50. A Lei nº 12.435/2011, ao alterar a Lei Orgânica da Assistência Social, introduz definições compatíveis com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e amplia seus objetivos. De acordo com o artigo 2º da referida Lei, a Assistência Social tem por objetivos a proteção social e a defesa de direitos. Analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos está entre os grandes objetivos da assistência social, que corresponde
- (A) à matricialidade sociofamiliar.
 - (B) à assistência social básica.
 - (C) ao controle social e institucional.
 - (D) à vigilância socioassistencial.
 - (E) à atenção social especial.
51. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. O número de famílias que vivem no território constitui parâmetro para estimar-se a capacidade de atendimento anual do CRAS. Isso não significa que todas as famílias referenciadas precisam ser obrigatoriamente inseridas nas ações do CRAS; o atendimento pelo Serviço deve ser de total interesse e concordância das famílias,
- (A) desde que possuam o NIS.
 - (B) precedido da análise da equipe técnica.
 - (C) mediante autorização do órgão gestor.
 - (D) acompanhado de parecer do Conselho.
 - (E) por encaminhamento da rede socioassistencial.
52. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) requer organicidade interna, articulações com outras políticas públicas, regulamentações e investimentos financeiros, materiais, humanos e de manutenção, continuados e previsíveis. Demanda também a construção e a consolidação de mecanismos e instrumentos institucionais de gestão e controle das ações implementadas. De acordo com a Norma Operacional Básica de 2005, constituem-se instrumentos de gestão do SUAS: o Plano de Assistência Social, o Orçamento, o Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação e o
- (A) Plano de Procedimentos.
 - (B) Projeto de Utilização de Recursos.
 - (C) Pacto de Aprimoramento.
 - (D) Fundo de Assistência Social.
 - (E) Relatório Anual de Gestão.
53. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Para a organização e execução da política de assistência social o SUAS normatiza os padrões nos serviços, define a qualidade no atendimento, os indicadores de avaliação e resultado e as nomenclaturas de tais ofertas e da rede socioassistencial. Dentre outras definições, a descentralização político-administrativa e territorialização, as novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil, o financiamento e o controle social representam
- (A) seus tipos de intervenção.
 - (B) seus níveis de gestão.
 - (C) seus eixos estruturantes.
 - (D) suas instâncias gerenciais.
 - (E) suas estratégias de implementação.
54. A proteção social de Assistência Social se ocupa das contingências, fragilidades, vitimizações, vulnerabilidades e riscos que os indivíduos e suas famílias enfrentam por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas, na trajetória de seu ciclo de vida. O Sistema Único de Assistência Social, em conformidade com sua Norma Operacional Básica de 2012, define que a Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, deve efetivar sua função de proteção social, alicerçando cinco seguranças: acolhida, renda, convívio, apoio e auxílio e desenvolvimento da
- (A) autonomia.
 - (B) justiça.
 - (C) participação.
 - (D) alteridade.
 - (E) liderança.

55. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em sua descrição específica para crianças até 6 anos, tem por foco o desenvolvimento de atividades com esse segmento, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil. De acordo com a Tipificação, este é um serviço diretamente articulado ao
- (A) Programa Criança Feliz.
 - (B) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio.
 - (C) Programa Primeira Infância.
 - (D) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
 - (E) Serviço de Acolhimento Institucional.
56. A advertência é uma das medidas aplicáveis aos pais, aos integrantes da família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. De acordo com o art. 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais e de acordo com
- (A) a solicitação da família.
 - (B) a natureza da lesão.
 - (C) a interpretação da Vara da Infância.
 - (D) a gravidade do caso.
 - (E) os padrões aceitáveis de conduta.
57. O Estatuto do Idoso (art.96) considera crime de ação penal pública incondicionada a discriminação de pessoa idosa, que impede ou dificulta seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade. A reclusão de 6 meses a 1 ano e a multa é pena igualmente aplicada a quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo. Define ainda o referido Estatuto, no parágrafo 2º do citado artigo, que se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente que praticou o crime, a pena será aumentada
- (A) de 1/5 (um quinto).
 - (B) de 1/3 (um terço).
 - (C) em 50% (cinquenta por cento).
 - (D) em 70% (setenta por cento).
 - (E) pelo dobro.
58. Ao definir seu marco conceitual, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária entende que atribuir a pobreza dessa faixa etária ou a violação de seus direitos às mudanças ocorridas na estrutura familiar é incorrer em uma séria distorção da história da infância e da adolescência, marcada pela persistência das desigualdades e das injustiças sociais. Nessa perspectiva, o Plano traz o entendimento de que a defesa dos direitos, a universalização dos acessos e a garantia de que as famílias cumpram suas funções de cuidado e socialização de seus filhos, devem articular a proteção social das crianças e adolescentes às
- (A) políticas de apoio.
 - (B) providências cabíveis.
 - (C) demandas genéricas dessa faixa etária.
 - (D) diferentes realidades sociais.
 - (E) negociações possíveis.
59. De acordo com a Lei nº 12.594/2012, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), entre as competências dos municípios está a de manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Para a execução da medida de prestação de serviços à comunidade, o programa pode contar com entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, destacando pessoa de referência e um orientador socioeducativo, incumbidas de acompanhar qualitativamente o cumprimento da medida. Conforme estabelece o artigo 14 da referida Lei, a seleção e credenciamento dessas entidades deve ser feita de acordo com o ambiente no qual a medida será cumprida e com
- (A) a capacidade instalada.
 - (B) o interesse da entidade.
 - (C) a adequação do pessoa de referência.
 - (D) o perfil do socioeducando.
 - (E) a proposta de trabalho.
60. O Estudo Social esteve sempre presente no cotidiano do Serviço Social, traduzindo um saber a respeito da população usuária dos serviços sociais. Considerando que no seu processo de trabalho o assistente social faz perguntas e busca respostas a questões relacionadas à intervenção profissional, a elaboração de um Estudo Social requer indagações como: o que conhecer e por que realizar o estudo, passo esse definido por objetivos e finalidades norteadoras da ação profissional, que se reportam primeiramente ao projeto ético-político e teórico-metodológico da profissão e, secundariamente,
- (A) a interesses e conteúdos específicos.
 - (B) a pareceres e opiniões de outras áreas.
 - (C) à natureza e determinantes institucionais.
 - (D) a interpretações e posturas ideológicas.
 - (E) a sentidos próprios dos usuários.

